



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS INSTITUTO DE
GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE CURSO DE
GEOGRAFIA BACHARELADO**

RONALDO COSTA DE AZEVEDO ABS

**A TURISTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS, EM ALAGOAS, E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS POTENCIAIS**

**Maceió
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS INSTITUTO DE
GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE CURSO DE
GEOGRAFIA BACHARELADO**

RONALDO COSTA DE AZEVEDO ABS

**A TURISTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS, EM ALAGOAS, E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS POTENCIAIS**

Relatório de Iniciação Científica apresentado ao Colegiado do Curso de Geografia Bacharelado do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo

**Maceió
2022**

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A164t	<p>Abs, Ronaldo Costa de Azevedo. A turistificação dos municípios da área de proteção ambiental Costa dos Corais, em Alagoas, e conflitos socioambientais potenciais / Ronaldo Costa de Azevedo Abs. – 2021. 32 f. : il. : color.</p> <p>Orientador: Lindemberg Medeiros de Araujo. Relatório (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió.</p> <p>Bibliografia: f. 30-32.</p> <p>1. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (AL). 2. Turistificação - Alagoas. 3. Conflitos socioambientais. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 911.3:338.48(813.5)</p>
-------	--

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha mãe Lousanne Costa de Azevedo, por estar ao meu lado na minha caminhada antes mesmo dela começar, obrigado mãe por ter se preocupado comigo e ter me ajudado nos momentos mais difíceis, sem seu apoio e sua determinação eu não teria chegado aqui, seu apoio incondicional me fez ser quem eu sou.

Agradeço ao meu orientador e Professor Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo, por ter me mostrado o caminho e por ter me tranquilizado inúmeras vezes durante a elaboração deste trabalho, sempre com atenção, dedicação, carinho e boa vontade, o senhor foi um anjo em minha vida, muito, muito obrigado.

Agradeço a minha fiel escudeira, colega de curso e amiga da vida Sandra Batirolla, por compartilhar momentos inesquecíveis ao longo de nossa graduação, por me ajudar em praticamente todos os trabalhos, pelos nossos cafés antes do começo das aulas e por me ajudar e incentivar a realizar o meu TCC.

Obrigado aos Professores Doutores Ana Paula Lopes e Jorge Luiz Lopes por me despertarem o interesse pela geografia antes mesmo do meu ingresso no ensino médio, obrigado por me darem a oportunidade de trabalhar no Museu de Historia Natural da Ufal(MHN) e estagiar na área de ambos, sou muito grato.

Agradeço ao MHN pelas experiências com apresentações e interações com público, que me despertaram o prazer de ensinar, e por fornecer a estrutura para realização dos meus estágios. Obrigado também ao Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA), toda sua equipe e professores.

Obrigado aos meus amigos de curso Larissa, Beto e Paloma por alegrarem meus dias no IGDEMA e por serem minha companhia de tudo. Obrigado Pedro por me ajudar com a orientação e construção dos meus mapas no QGIS, sem você eu não teria conseguido.

Obrigado Marina por me ajudar a aprender a mexer no word e me ensinar os atalhos, por me ajudar com as minhas dúvidas na escrita e também estar presente na minha vida. Agradeço a minha tia Layanne pelo apoio e por me deixar “viver” na sua casa em minha época de museu. Obrigado Bah pelo apoio incondicional, pelos conselhos e paciência.

E por fim quero agradecer a Universidade Federal de Alagoas pela oportunidade e por fornecer toda a estrutura para que eu pudesse me graduar, apesar de toda a turbulência e sucateamento que sofreu durante esses anos difíceis.

A TURISTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS, EM ALAGOAS, E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS POTENCIAIS

Autor: Ronaldo Costa de Azevedo Abs

E-mail: ronaldinhoabs@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo

E-mail: lindemberg@igdema.ufal.br

RESUMO

O litoral da região Nordeste do Brasil vem passando por um significativo processo de turistificação, o que tem causado diversos conflitos socioambientais. Esse é o caso também do litoral norte de Alagoas, na área de abrangência da APA Costa dos Corais (APACC), onde predomina uma oferta de turismo de massa, de “Sol e Mar”. Este trabalho tem como objetivo analisar a espacialização dos meios de hospedagem nos municípios que formam a APACC, buscando entender como a expansão dos meios de hospedagem na área gera conflitos potenciais para os objetivos da APACC. A metodologia teve como base levantamento de dados na plataforma Cadastur, disponibilizada pelo Ministério do Turismo, onde se pode encontrar registro oficial dos meios de hospedagem presentes em todos os municípios do território nacional, e levantamento complementar de campo. Foram obtidas as coordenadas geográficas dos meios de hospedagem identificados utilizando-se a plataforma Google Earth. Com base nas coordenadas, foi gerado um mapa da espacialização dos meios de hospedagem na área de estudo. A pesquisa verificou que há uma maior concentração de meios de hospedagem nos destinos Maceió, Rota Ecológica e Maragogi. Além disso, se constatou a existência de conflitos socioambientais no recorte espacial da pesquisa, incluindo a existência de grandes conflitos potenciais para os objetivos da APACC.

Palavras-chave: Turistificação. Alagoas. Conflitos Socioambientais. APACC.

ABSTRACT

The coast of the Northeast region of Brazil has been going through a significant process of touristification, which has caused several socio-environmental conflicts. This is also the case on the north coast of the Alagoas state, in the area covered by the APA Costa dos Corais (APACC), where mass tourism, “Sun and Sea”, predominates. This work aims to analyze the spatialization of accommodation facilities in the municipalities that form the APACC, seeking to understand how the expansion of accommodation facilities in the area generates potential conflicts for the objectives of APACC. The methodology was based on data collection on the *Cadastur* platform, made available by the Ministry of Tourism, where official records of accommodation facilities present in all municipalities in the national territory can be found, however a complementary field survey was also carried out. The geographic coordinates of the identified accommodation facilities were obtained using the Google Earth platform. The coordinates were used to create a map of the spatialization of accommodation facilities in the study area. The survey found that there is a greater concentration of accommodation facilities in Maceió, Rota Ecológica and Maragogi destinations. In addition, the existence of socio-environmental conflicts was found in the spatial area of the research, including the existence of major potential conflicts for the objectives of the APACC.

Key-words: Touristification. Alagoas. Socio-environmental Conflicts. APACC.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios que fazem parte da APACC em Alagoas.....	20
Tabela 1 – Área, população e densidade demográfica dos municípios da APACC em Alagoas.....	23
Tabela 2 – Meios de hospedagem nos municípios da APACC, em Alagoas.....	24
Figura 2 – Distribuição dos meios de hospedagem no litoral norte de Alagoas.....	25

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2- OBJETIVOS.....	12
2.1-Geral.....	12
2.2-Específicos.....	12
3- REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1-Conceito de turismo.....	13
3.2-A turistificação do espaço.....	14
3.3-Implicações socioambientais do turismo.....	16
4- MATERIAL E MÉTODOS.....	20
4.1-Characterização da área de estudo.....	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
6. CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O turismo se tornou uma das atividades socioeconômicas mais importantes do mundo contemporâneo. Sua contribuição para o desenvolvimento é importante tanto para países desenvolvidos quanto para países que apresentam grandes dificuldades socioeconômicas. Esses, com destaque para aqueles localizados na faixa intertropical do planeta, normalmente dispõem de amplos recursos naturais preservados. Os ecossistemas tropicais, que detêm paisagens naturais atrativas, muitos anos de insolação por ano e temperaturas médias relativamente altas da atmosfera e das águas do mar, geram forte apelo de viagem para pessoas que vivem em regiões frias do planeta. Esse contexto natural tem atraído grandes fluxos de turistas para esse tipo de região, incluindo turistas estrangeiros e domésticos.

Segundo Araujo e Moura (2007), a despeito dos muitos problemas econômicos, sociais e políticos que o mundo atual tem enfrentado, a demanda turística continua crescendo de maneira constante há várias décadas. Por um lado, esse crescimento tem criado oportunidades de desenvolvimento para países de economia pouco diversificada e sem outras alternativas de investimento. Por outro lado, entretanto, o desenvolvimento turístico acelerado, principalmente por meio do turismo de massa, frequentemente com o domínio do chamado turismo de “sol e mar”, tem causado diversos impactos socioambientais, o que ameaça os ecossistemas e os meios de subsistência e as relações de vizinhança de populações tradicionais, como identificado por Kasparly (2019; 2021).

Com base no que foi exposto acima, o turismo de sol e mar tem sido dominante nas regiões litorâneas da Terra, com ênfase na sua faixa intertropical, como no litoral da região Nordeste do Brasil. O clima quente dessa parte do país torna as condições locais agradáveis para as experiências de lazer e recreação que elas ofertam aos turistas. Como consequência, as condições climáticas favoráveis dessa região brasileira têm atraído grandes fluxos turísticos. Por causa disso, entendemos que os turistas desempenham importante papel na turistificação do espaço, ao circularem nos destinos turísticos litorâneos e ao demandarem diversos tipos de serviços e produtos que trazem consequência para o espaço e para o meio ambiente. Ao discutir a turistificação do espaço pelo turismo, Knafou (1996) argumenta que os turistas se encontram em pé de igualdade com o mercado e os planejadores e promotores territoriais no processo de turistificação de um destino.

A turistificação do espaço afeta os destinos turísticos em âmbitos diversificados. Por exemplo, Panosso Netto (2010) discute que o turismo tem o poder de causar impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais, o que exige dos governantes a adoção de uma postura responsável frente ao incentivo do turismo como uma alternativa de desenvolvimento. Por seu lado, Cruz (2003) analisa a influência do turismo na espacialização urbana, que precisa se readequar para comportar os fluxos turísticos, o que inclui a construção de novos meios de hospedagem e a redistribuição espacial da população local preexistente no lugar. Essas mudanças locais não ocorrem necessariamente de maneira ideal e planejada. Por isso, a turistificação do espaço representa um desafio para a proteção dos interesses das comunidades afetadas, bem como para os órgãos que têm a responsabilidade de proteger o meio ambiente, por meio de planejamento e gestão ambiental.

O presente estudo tem como objeto de análise a inserção do turismo no litoral norte do Estado de Alagoas, com ênfase na localização dos meios de hospedagem, um dos componentes centrais da atividade turística. Nesse recorte espacial, os hotéis, pousadas e *resorts* se situam, grosso modo, em uma faixa relativamente estreita da planície litorânea, raramente indo além de aproximadamente 2 km continente adentro. Em última análise, o trabalho discute a relação entre os meios de hospedagem e os objetivos de conservação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC). Essa APA federal se estende desde a foz do rio Formoso, município de Tamandaré (PE), até a foz do rio Meirim, município de Maceió (AL). Este trabalho tem como recorte espacial o trecho da APACC localizado no litoral de Alagoas.

A APPAC foi criada por meio de um decreto federal, datado de 23 de outubro de 1997¹. Essa unidade de conservação protege o ecossistema costeiro dentro dos seus limites espaciais, incluindo as praias, os manguezais e o mar, até aproximadamente 33.5 km mar-adentro. Com base na delimitação geográfica da APACC, sua área de ocorrência é predominantemente marinha, incluindo, no continente, apenas as praias e os manguezais, até o ponto em que cada formação desse ecossistema avança no baixo curso dos rios que vertem para o Oceano Atlântico. No ambiente marinho da APACC ocorrem ecossistemas marinhos sensíveis à atividade turística direta, mas não menos importante, está também sob a influência das mudanças ambientais resultantes da construção de

¹ O decreto de criação da APACC não tem número.

equipamentos turísticos na planície costeira, assim como das atividades diretas dos próprios turistas.

Dessa forma, os meios de hospedagem localizados no litoral norte de Alagoas se situam fora dos limites da APACC, porém estão localizados ao longo de uma estreita faixa de terra que está em contato próximo com as praias, manguezais e o mar costeiro ao longo do trecho estudado neste trabalho. No mar adjacente há diversos ecossistemas frágeis às ações humanas. Dentre esses, os recifes de corais merecem grande atenção dos planejadores e gestores ambientais e do turismo, devido às suas fragilidades frente a ações humanas que são desenvolvidas de maneira inadequada.

O trabalho tem como premissa o entendimento de que o turismo de “sol e mar”, neste caso composto pelos meios de hospedagem, representa uma ameaça potencial para os ambientes costeiros sensíveis. Correia e Sovierzoski (2008) argumentam que a zona costeira norte de Alagoas é ambientalmente sensível às atividades humanas. Dado o contexto acima exposto, se levanta a seguinte questão: Até que ponto a espacialização dos meios de hospedagem ao longo do litoral norte de Alagoas, na interface geográfica com a APACC, representa um potencial de conflitos socioambientais em relação a essa unidade de conservação? É importante que se dê uma resposta a essa questão, com o intuito de disponibilizar elementos que possam ser úteis à elaboração e execução das políticas públicas de turismo e meio ambiente na área de estudo.

Como o turismo de massa vem se espacializando de maneira rápida, e sem os devidos controles ambientais na área de estudo (MENDONÇA; ARAUJO, 2021), se faz necessária uma análise, com base na Geografia do Turismo, das implicações potenciais da ocorrência de impactos socioambientais do turismo nessa parte costeira do Estado de Alagoas. A realização deste estudo, que resultou da pesquisa Iniciação Científica do seu autor, pode contribuir para a criação de conhecimento para a formulação e melhoria de políticas públicas que possam ajudar na busca de compatibilização do desenvolvimento turístico com a conservação ambiental, com ênfase nos ambientes que são alvo de proteção da APACC.

2 Objetivos

2.1 Geral

Compreender se a espacialização dos meios de hospedagem nos municípios da APACC, em Alagoas, representa potencial de conflitos socioambientais para essa unidade de conservação da natureza.

2.2 Específicos

- Mapear como se configura a espacialização dos meios de hospedagem na área de influência da APACC;
- Entender teoricamente como os meios de hospedagem na área de influência da APACC se relacionam com os objetivos dessa unidade de conservação da natureza;
- Identificar o potencial de impactos socioambientais do turismo, com foco nos meios de hospedagem, sobre as áreas protegidas pela APACC.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção do trabalho aborda as três dimensões do conhecimento científico que constituem o referencial teórico com base na qual a pesquisa foi elaborada. No primeiro item, se discute o conceito de turismo, uma vez que esse fenômeno contemporâneo é o objeto principal do trabalho, isto é, o turismo desencadeou importantes mudanças espaciais na área continental costeira que influencia a APACC em Alagoas. No próximo item, será abordado o conceito de turistificação do espaço, dando ênfase ao fato de que ao turistificar o espaço, o turismo constitui territórios turísticos. E, por fim, no terceiro item da seção, se abordará a noção de implicações socioambientais do turismo.

3.1 Conceito de turismo

Como todos os fenômenos estudados pelas ciências humanas e sociais aplicadas, o conceito de turismo é concebido de diferentes formas, o que expressa de alguma forma as áreas de conhecimento e experiência de pesquisa dos diferentes autores que estudam o tema. Nesse sentido, Panosso Netto (2010, p. 21) argumenta que

[...] existem tantas definições de turismo quanto o número de autores da temática [...] cada autor tem sua visão pessoal. Esse conceito não é unívoco, mas sim análogo. Ou seja, existem várias formas de analisá-lo e compreendê-lo, algumas mais próximas da realidade, outras distantes.

Tendo dito isso, é importante se apresentar algumas formas de definir turismo, buscando identificar alguma que seja mais relevante para a Geografia do Turismo, que, portanto, seja adequada a este trabalho.

Uma primeira definição a ser apresentada aqui é a proposição de de La Torre (*apud* BARRETTO, 1995, p. 13), segundo o qual

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Essa é uma forma de definir o conceito turismo que dá ênfase à dimensão social, mas que contempla aspectos muito importantes para a geografia, como o deslocamento entre o lugar de residência do indivíduo e o retorno a esse lugar (CRUZ, 2003), mencionando que esse fenômeno gera inter-relações de natureza econômica, social e cultural. Entretanto, falta nessa definição uma menção explícita à dimensão espacial, uma vez que não existe sociedade sem espaço.

Na mesma linha de raciocínio, argumentamos que o fato de o turismo consumir espaço e gerar territórios que impactam sobre interesses existentes nas áreas turistificadas, faz com que o seu estudo seja de grande importância para a geografia. Está implícito nessa forma de pensar que as atividades turísticas fazem parte do processo de produção do espaço, e que, portanto, constitui territórios. Por exemplo, Becker (2014, p. 52) argumenta que “Poucas ciências possuem tantas aproximações em seus universos de análise quanto a Geografia e o Turismo”; em parte isso ocorre porque o turismo ocorre no espaço geográfico.

Arrillaga (1976 *apud* BARRETTO, 1995, p. 12), conceitua turismo como

[...] o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causa (*sic*) alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organização que determinam e tornam possíveis estes deslocamentos e as relações e fatos que entre aqueles e os viajantes têm lugar.

Essa definição do conceito de turismo também contempla aspectos centrais ao fenômeno, tais como o deslocamento espacial, a questão da motivação da viagem e as relações entre o turista e o residente. Entretanto, falta incluir a questão das relações entre os visitantes e a natureza, de tal forma que a questão dos impactos ambientais não foi identificada como sendo importante.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT *apud* PANOSSO NETTO, 2010, p. 30) o turismo

Compreende as atividades de pessoas em viagem e sua permanência nos lugares fora de sua residência habitual por não mais do que um ano consecutivo por lazer, negócios e outros propósitos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no local visitado.

Essa maneira de compreender o que é turismo, pela OMT, coloca ênfase nas atividades que os turistas fazem no lugar visitado, o tempo máximo de permanência, e o fato que a viagem de lazer não tem como meta ganhar dinheiro no lugar visitado. Essa definição não menciona, por exemplo, as relações dos turistas com o lugar nem as consequências dos deslocamentos.

3.2 A turistificação do espaço

Em sua dissertação de mestrado, Araújo (2021, p. 143) argumenta que

[...] o turismo é um fenômeno socioespacial complexo, quando ele é examinado sob a lógica dos agentes da turistificação, na qual cada um possui suas especificidades na apropriação dos espaços para e pelo turismo. Assim, cada agente desenvolve papéis diferentes na ordenação territorial de um destino turístico.

Assim, como consequência das especificidades relacionadas a cada agente ou grupo de agentes que participam da turistificação do espaço, esse processo implica diferentes maneiras pelas quais o espaço é turistificado.

Segundo Vasconcelos (2005, p. 49), a turistificação do espaço

[...] consiste no (re)ordenamento ou na (re)adequação espacial em função do interesse turístico. É uma interação entre fixos (território, paisagens etc.) e fluxos (capital, pessoas, padrões e valores culturais) que influenciam as diferentes esferas da organização socioespacial.

É necessário lembrar que as áreas ou regiões que se tornam foco da atividade turística normalmente contêm uma história, que foi construída com outras atividades socioeconômicas. Dessa forma, essas regiões normalmente contêm diversos territórios que são anteriores à chegada do turismo no lugar. Essa situação é explicada pela noção de múltiplos territórios (HAESBAERT, 2008). Normalmente, o processo de turistificação tem início com a chegada dos primeiros turistas, conforme aponta Equipe MIT (2008 apud ALMADA, 2018).

Portanto, o processo de turistificação, ao reordenar o território, termina por impactar os interesses de grupos sociais presentes no espaço em processo de mudança sob a influência do turismo, o que frequentemente causa conflitos socioambientais. Esses conflitos se manifestam de diferentes maneiras, entretanto quase sempre é causado impacto direto aos moradores locais, que precisam buscar desenvolver formas de adaptação ao espaço que está em constante transformação.

Trazendo a discussão para uma perspectiva mais próxima ao tema abordado nesse trabalho, o turismo de “sol e mar” é um dos que possuem maior capacidade e rapidez de transformação do território, visto que a procura por novas atrações em regiões litorâneas costuma atrair grandes fluxos de turistas, e, por consequência, é criada uma demanda por novos equipamentos turísticos para o atendimento da procura de serviços por parte dos visitantes do destino.

A procura implica apropriação de infraestruturas existentes, ou a construção de novas infraestruturas e equipamentos, como rodovias, aeroportos, portos, *resorts* e restaurantes, para atender as demandas dos visitantes. Com a chegada da infraestrutura básica, a iniciativa privada é atraída e realiza investimentos, por exemplo, na construção de meios de hospedagem, incluindo hotéis, pousadas e hostels, dentre outras opções.

Com uma estrutura de acessibilidade básica estabelecida, é comum ocorrer ou aumentar o fluxo de visitantes, com o conseqüente desenvolvimento das atividades turísticas no destino. Segundo Cruz (2003, p.25),

O setor de prestação de serviços, de modo geral, é direta ou indiretamente influenciado pela presença do turista no lugar, do que decorre o surgimento e/ou multiplicação de equipamentos de restauração, lazer e apoio ao usuário turista.

A modificação do espaço nas regiões turísticas pode ocorrer de maneira gradual, ao longo de décadas de desenvolvimento da atividade. Um destino, inicialmente menos conhecido, pode tornar-se lentamente uma nova área de atração turística. No caso da região Nordeste brasileira, citamos como exemplo municípios litorâneos, compostos por diversas comunidades ribeirinhas ou localizadas próximas a praias, que sobrevivem da pesca artesanal e comércio local, que tiveram seu estilo de vida modificado diretamente após a chegada de turistas e dos empreendimentos que dão suporte a eles. Esse fenômeno foi claramente identificado por Kaspary e Araujo (2022) na Rota Ecológica, destino localizado no litoral norte do Estado de Alagoas.

Os equipamentos turísticos trazem investimento, e podem proporcionar divulgação sobre a região ou área que constitui o destino, podendo também valorizar a cultura local. Contudo, ao mesmo tempo em que contribui com o crescimento econômico da região, o turismo também pode impactar de maneira negativa, em vários graus de magnitude, a sociedade e meio ambiente locais, se não forem bem planejados e implantados. As conseqüências de uma falta de planejamento se dão através de impactos socioeconômicos e ambientais negativos, representando riscos e causando atritos com a população local, podendo deixar o futuro da região em cheque.

3.3 Implicações socioambientais do turismo

Como visto anteriormente, a chegada do turismo a determinada região ou área proporciona mudanças diretas ao espaço geográfico, reordenando e readequando esse espaço a necessidades mercadológicas. Essas mudanças são observadas nos âmbitos econômico, social e ambiental. Como conseqüência das alterações advindas com a turistificação, a natureza, os lugares e a paisagem podem passar por mudanças substanciais, como tem acontecido no litoral do Nordeste do Brasil.

A maneira pela qual essa modificação do espaço irá ocorrer, com maiores possibilidades de a turistificação proporcionar desenvolvimento local efetivo depende parcialmente da adoção de um planejamento orientado para a sustentabilidade. Essa

perspectiva tem maiores possibilidades de se confirmar com o envolvimento e participação social no planejamento e com a fiscalização por parte das prefeituras envolvidas, e de vários órgãos estaduais e federais, atuando em várias esferas de política pública. No processo de planejamento, é necessário que se busque empregar ferramentas para que o desenvolvimento ocorra da forma mais eficiente possível, envolvendo a população local, e os empreendimentos do mercado, como é o caso dos meios de hospedagem, buscando-se priorizar também, dentre outros aspectos, os objetivos de conservação ambiental.

Obviamente, o maior ou menor potencial de o turismo causar impactos negativos ao destino vai depender das características da oferta turística. O turismo de massa, por exemplo, tem maior potencial de modificar diretamente o meio ambiente, seja com a construção de equipamentos turísticos (hotéis, *resorts* etc.), seja com a popularização de destinos naturais locais, atraindo fluxos excessivos de turistas. Para evitar problemas ambientais, é fundamental que a inserção de equipamentos localmente seja devidamente planejada e acompanhada, conforme as normas dos órgãos de fiscalização do governo. De maneira geral, uma execução da turistificação de maneira mal planejada pode aumentar as possibilidades de se acarretar impactos inaceitáveis, e às vezes evitáveis, ao meio ambiente.

Os impactos ambientais podem se configurar de diversas formas. Como exemplo, podemos citar a definição de impacto ambiental que consta do artigo 1º da Resolução 001/86 do Conama (Conselho Regional do Meio Ambiente), segundo o qual impacto ambiental diz respeito a

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

A manifestação desses impactos pode estar associada a uma ampla variedade de ações humanas, podendo afetar significativamente um destino turístico. Soltadeli (2005, p. 521) cita diversos exemplos de como esses impactos se manifestam e mudanças que causam: mudanças no uso e ocupação do solo; remoção e movimentação de solos; desmatamento para obras de infra-estrutura e construção de equipamentos turísticos; compactação, erosão e perda de solos ricos em nutrientes; assoreamento de rios e cursos d'água; aterramento e destruição das nascentes; uso descontrolado da água e falta de

tratamento adequado de efluentes, diminuindo a disponibilidade de água e contaminando lençóis freáticos e águas superficiais; gestão inadequada de resíduos sólidos, gerando a contaminação de solos e águas, bem como a atração de animais transmissores de doenças; perda generalizada de biodiversidade causada, direta ou indiretamente, por todos os fatores listados acima, diminuição da qualidade visual da paisagem. Embora nem sempre se reconheça, esses tipos de ações e suas consequências estão frequentemente associados ao processo de turistificação do espaço.

Além disso, no âmbito social e econômico, a chegada de novos equipamentos turísticos e os fluxos de turistas têm o poder de transformar radicalmente o meio ambiente e o estilo de vida locais. Os impactos causados podem ser observados com a readequação e mudança dos ofícios originais da população economicamente ativa, mudanças no estilo de vida, perda de identificação com o seu lugar, aumento do preço dos serviços e produtos devido ao fluxo de turistas, assim como condições ecossistêmicas locais que podem estar na base de importantes atividades da população original do lugar.

A chegada de grandes empreendimentos como resorts ou hotéis a beira-mar torna o acesso às praias limitado, uma vez que sua construção pode impedir o acesso à população local e aos turistas que não estão hospedados nesses meios de hospedagem, tornando a praia um local “privado”, o que é expressamente proibido pela lei 7.661 de 16 de maio de 1998, onde no seu artigo 10º é decretado que:

As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. [...]§ 1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo.

A restrição do acesso às praias impacta diretamente no ofício da pesca, o que é um enorme problema, uma vez que em muitas cidades pequenas, povoados e vila de pescadores, a pesca é uma das principais atividades socioeconômicas. O bloqueio de acesso pode impedir que os pescadores pesquem em certas áreas onde a pesca já acontecia, o transporte e armazenamento das mercadorias se torna mais complicado, assim como a atracagem das embarcações.

Analisados rapidamente, os impactos socioambientais têm grande potencial destrutivo para com a base físico-natural dos destinos turísticos, podendo impactar diretamente também interesses da população local. Diante dessa perspectiva, é necessário

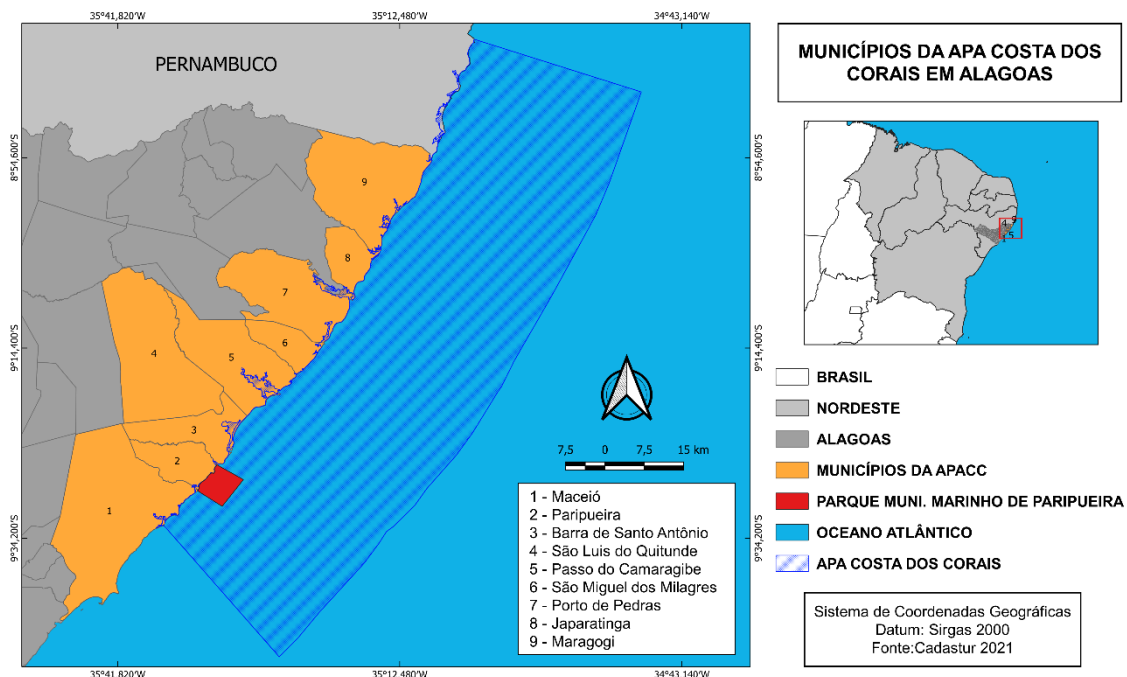
que haja um acompanhamento rígido por parte dos órgãos públicos, ligados a todas as esferas de políticas públicas, municipais, estaduais e federais, buscando-se alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Essa preocupação é ainda mais urgente quando os destinos turísticos têm como principal base de atratividade a natureza, como é o caso de grande número de destinos e lugares turísticos do litoral da região Nordeste do Brasil.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Caracterização da área de estudo

O aspecto mais importante da metodologia empregada neste estudo diz respeito à identificação, localização e mapeamento dos meios de hospedagem localizados nos municípios do litoral norte de Alagoas, os quais formam o recorte espacial da pesquisa. A premissa que foi adotada na pesquisa foi a de que a eventual existência de muitos meios de hospedagem, em um destino que predominantemente atende a demandas do turismo de massa, implicaria grande frequência de turistas. Aspectos locacionais e construtivos dos meios de hospedagem e sua operação, juntamente com o comportamento dos turistas que circulam no destino, incluindo visitas às piscinas naturais, podem causar diversos impactos socioambientais na planície costeira e no domínio marítimo das piscinas naturais. No seu conjunto, esses impactos, no continente e no mar, podem ameaçar o alcance dos objetivos da APACC.

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios que fazem parte da APACC em Alagoas.



Fonte: Ronaldo Costa de Azevedo Abs.

A realização da coleta de dados referente à distribuição e geolocalização dos meios de hospedagem inseridos na área de estudo, foi elaborada utilizando-se a ferramenta Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), cujo acesso é franqueado no site do Ministério do Turismo (MTur). O cadastro está voltado à localização e

formalização de serviços turísticos, incluindo os meios de hospedagem no país. Por meio do Cadastur, se pode averiguar quais são os meios de hospedagem que estão legalmente regularizados nos destinos turísticos. Esse procedimento proporciona segurança aos ofertadores de serviços turísticos, bem como aos seus usuários potenciais.

Por fim, quando a lista dos meios de hospedagem da área de estudo foi obtida, por meio do Cadastur, foi realizada a localização de cada meio de hospedagem por meio da ferramenta Google Earth, tendo-se obtido as respectivas coordenadas geográficas. Com as coordenadas geográficas levantadas, foi elaborado um mapa georreferenciado com a distribuição desses meios de hospedagem.

É importante ressaltar que a eclosão da pandemia do Coronavírus (Covid-19) levou a falência de muitos equipamentos turísticos, incluindo meios de hospedagem. Além disso, como foram encontradas imprecisões nos dados do Cadastur, se decidiu pela realização de visitas *in loco* para cruzar os dados do Cadastur com dados de campo. Entretanto, a coleta de dados empíricos se tornou inviável durante a maior parte do período da pesquisa, o que dificultou a averiguação de algumas localidades estudadas, o que pode ter alterado a precisão dos dados coletados. Além disso, a falta de atualizações e manutenção do site oficial do Cadastur também podem ter afetado a coleta de dados, uma vez que alguns empreendimentos que surgiram em anos recentes podem não ter sido incluídos no sistema ou não ter seus dados atualizados. Esse problema foi mais comum principalmente nas cidades em relação às quais o cadastro possui poucos ou nenhum registro oficial.

Entretanto, com o avanço na vacinação da população em Alagoas, e com o arrefecimento do número de casos no estado, se decidiu realizar levantamento de campo, pelo menos nos municípios que são mais turistificados. Sendo assim, foi realizado levantamento de campo em Japaratinga, Maragogi, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe, o que permitiu a identificação de meios de hospedagem que não estavam no Cadastur e a correção de dados sobre os quais havia dúvidas.

Uma vez tendo-se elaborado o mapa com a distribuição dos meios de hospedagem ao longo do litoral norte de Alagoas (vide a seção Resultados e Discussões), se procedeu à análise das implicações potenciais da turistificação do litoral norte de Alagoas, levando-se em consideração a distribuição espacial dos meios de hospedagem, para a APACC. A premissa foi a de que a distribuição de meios de hospedagem pelo litoral norte, onde se localiza a APACC, e o conseqüente fluxo de turistas na área, implicaria impactos sobre a área protegida, causando dificuldades para se atingir os objetivos dessa unidade de

conservação. A construção de meios de hospedagem causa impactos sobre ecossistemas que estão conectados com o ambiente marinho, como praias e manguezais. Por outro lado, a presença de grande número de meios de hospedagem significa que o destino recebe a visita de grande número de turistas, o que inclui a presença dos visitantes no mar, para atividades de contato direto com a água marinha, e a realização de visitas às piscinas naturais, onde há ecossistemas muito sensíveis ambientalmente, incluindo recifes de corais. Também ocorre nessa parte de Alagoas o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), espécie ameaçada de extinção, com diversos indivíduos tendo sido introduzidos na área pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como mostrado na Figura 1, a Área da APACC se encontra sob a influência de oito municípios, a saber: Maceió, Barra de São Antônio, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi. Além de grande extensão das águas jurisdicionais do país na costa Alagoana, a APACC também inclui todas as praias na sua área, o baixo curso dos rios que têm manguezais, assim como toda a área de ocorrência de manguezais. A Tabela 1 apresenta a área, a população e a densidade demográfica dos municípios da APACC, no Estado de Alagoas.

Tabela 1 – Área, população e densidade demográfica dos municípios da APACC em Alagoas

MUNICÍPIO	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab./Km ²)
Maceió	509,320	932.748	1.854,10
Barra de Santo Antônio	131,364	14.230	102,79
São Luiz do Quitunde	397,257	32.412	81,61
Passo de Camaragibe	251,290	14.763	60,39
São Miguel dos Milagres	76,731	7.163	93,94
Porto de Pedras	257,105	8.429	32,71
Japaratinga	85,356	7.754	90,2
Maragogi	334,165	28.749	86,06

Fonte: IBGE (2010).

Com base na Tabela 1, se constata que o conjunto dos municípios que formam a APACC em Alagoas soma 2.042 km², com uma população total de 1.032.958 habitantes (IBGE, 2010). Como se pode ver, a área continental representada pelos municípios que formam a APACC é relativamente extensa. Além disso, em adição aos mais de um milhão de habitantes, essa parte de Alagoas recebe anualmente centenas de milhares de visitantes, incluindo excursionistas (visita por apenas um dia, sem pernoite) e turistas (com pelo menos um pernoite, embora não haja dados estatísticos sobre o número efetivo da demanda de visitantes da área de estudo. Entretanto, o número de meios de hospedagem no recorte espacial em questão, juntamente com os mais de 20 catamarãs que operam para as piscinas naturais, são indicativos da grande demanda turística do litoral norte alagoano.

A Tabela 2 apresenta o número de meios de hospedagem que foram identificados no Cadastur, referentes aos municípios envolvidos neste estudo, além de 18 outros

empreendimentos que foram identificados no trabalho de campo. Portanto, a área de estudo tem pelo menos 314 meios de hospedagem (Tabela 2), embora deva haver mais, uma vez que os dados do Cadastur estão desatualizados. É necessário lembrar que esses 18 meios de hospedagem que não constam do Cadastur estão localizados apenas nos três municípios nos quais se conseguiu realizar levantamento de campo. Por seu turno, a Figura 2 apresenta a espacialização dos meios de hospedagem na área de estudo.

Tabela 2 – Meios de hospedagem nos municípios da APACC, em Alagoas

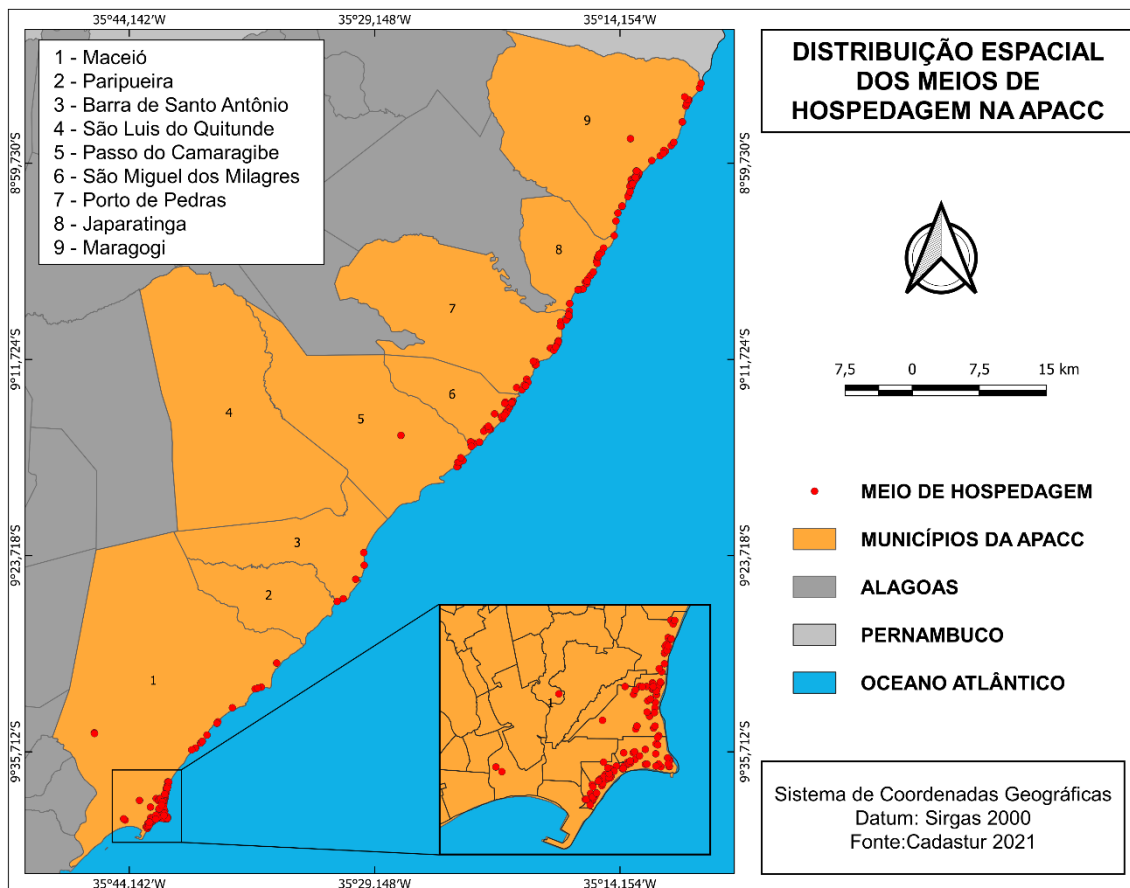
MUNICÍPIO	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS	
	CADASTUR	CAMPO
Maceió	135	...
Barra de Santo Antônio	5	...
São Luiz do Quitunde	Nenhum empreendimento registrado ²	...
Passo de Camaragibe	9	...
São Miguel dos Milagres	33	7
Porto de Pedras	25	...
Japaratinga	24	8
Maragogi	65	3

Fonte: Ronaldo Costa de Azevedo Abs

Os dados da Tabela 2, que referentes ao número dos meios de hospedagem existentes no litoral norte de Alagoas, corroboram a ideia de que o turismo de fato consome espaço, como compreende Cruz (2003), uma vez que além de ocupar (consumir) diretamente o espaço por meio da construção em si, os meios de hospedagem dão abrigo temporário a um grande número de turistas. As atividades desenvolvidas por esses turistas, somadas aos serviços que consomem na sua visita ao lugar, também implicam consumo do espaço. Com base nessa situação, se pode inferir que o fluxo representado pelo grande número de turistas na zona costeira norte do Estado de Alagoas, envolvendo a parte continental e extensa área marinha, representa ameaça potencial ao meio ambiente.

Figura 2 – Distribuição dos meios de hospedagem no litoral norte de Alagoas.

² O município de São Luiz do Quitunde não apresentou nenhum registro de meios de hospedagem na plataforma Cadastur.



Fonte dos dados: Cadastur/MTur, mais levantamento de campo. Elaborado por Ronaldo Costa de Azevedo Abs.

A territorialização do turismo nos municípios envolvidos tem reorganizado o território do litoral norte de Alagoas, o que tem impactado interesses locais anteriormente existentes. Esses impactos tem causado conflitos socioespaciais na região, conforme foi constatado por Mendonça e Araujo (2021). Os referidos autores constataram que a expansão do turismo no litoral norte de Alagoas, com ênfase nos municípios da Rota Ecológica (Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras) causou graves impactos socioespaciais, incluindo o ambiente marinho da APACC, o que ameaça os objetivos dessa unidade de conservação.

O decreto de criação da APACC, de 23 de outubro de 1997 (BRASIL, 1997) estabeleceu cinco objetivos relacionados à conservação ambiental em sua área de ocorrência, a saber: I - garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora; II - manter a integridade do habitat e preservar a população do Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*); III - proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora; IV - ordenar o

turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental; V - incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional.

A existência de grande número de problemas socioambientais na região, resultado da expansão do turismo e de um processo de especulação imobiliária, levou o Ministério Público estadual e federal a realizarem três audiências públicas localmente para a discussão coletiva dos problemas que a população local vem sofrendo com a expansão do turismo. Essas audiências públicas tiveram como recorte espacial os municípios que formam a Rota Ecológica, entretanto se pode deduzir que problemas semelhantes ocorrem em todo o litoral norte de Alagoas. Parte dos conflitos discutidos nas audiências públicas tem a ver com impactos que podem atingir a APACC, por causa de alterações sobre ecossistemas localizados na planície costeira, mas em contato com o mar. Há claramente preocupações com relação aos impactos causados pela construção dos equipamentos turísticos em relação aos objetivos de conservação da APACC, com ênfase nos meios de hospedagem. Enquanto alguns deles causam impactos ambientais diretos, no seu conjunto eles também atraem centenas de milhares de turistas à região, sendo que uma parte significativa deles visitam piscinas naturais, incluindo as Galés de Maragogi, o que representa algum nível de ameaça aos ecossistemas marinhos envolvidos.

O notável crescimento do turismo de massa na região tem um grande potencial de ampliar os conflitos atuais e criar novos conflitos em médio e longo prazo, com relação aos objetivos de criação da APACC. Por exemplo, uma má gestão governamental do desenvolvimento turístico na região, como foi constatado por Mendonça e Araujo (2021), somada ao aumento do fluxo de turistas, pode ocasionar impactos diversificados, como poluição das praias, turbidez da água, perturbação e/ou morte dos peixes-boi, dentre outros. Apesar de a população que vive no litoral alagoano saber que os manguezais são um ecossistema protegido, ainda assim há uma pressão espacial sobre eles, o que requer vigilância dos órgãos de meio ambiente. O turismo de massa na APACC e sua área de influência imediata se encontra no caminho oposto aos objetivos do turismo ecológico e cultural. Enquanto estes últimos buscam oferecer uma real conexão do visitante com o lugar, em uma perspectiva sustentável, no caso do turismo de massa esses objetivos se tornam um objetivo secundário ou inexistente. Apesar do real potencial impactante do turismo de massa e dos conflitos socioambientais que estão ocorrendo em relação aos objetivos da APACC, é importante ressaltar mais uma vez que o grau de ocorrência dos

impactos dependerá da atuação do governo estadual e municipais. Entretanto, Mendonça e Araujo (2021) assim como Kaspary e Araujo (2022) identificaram que o governo em geral tem sido negligente em relação ao planejamento e gestão ambiental do turismo no litoral norte de Alagoas.

Se constata no mapa da distribuição espacial dos meios de hospedagem no litoral norte de Alagoas (Figura 2), que há uma concentração maior desses empreendimentos nos três destinos turísticos que ocorrem na área de estudo: destino Maceió, capital do estado; Maragogi, destino formado por esse município e Japaratinga; e a Rota Ecológica, destino formado por Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Portanto, é nesses trechos de litoral que o turismo tem provocado mais impactos ambientais e conflitos socioespaciais na área de estudo. Se com os números de visitantes atuais o turismo tem causado sérios impactos às piscinas naturais, como o crescimento da demanda que está ocorrendo, os responsáveis pela gestão da APACC precisam agir com efetividade, se se quiser evitar o comprometimento de parte significativa dos ecossistemas marinhos que estão sob a ameaça do turismo de massa na região.

Os três destinos turísticos que existem da área do estudo têm grande potencial de crescimento, devido à grande visibilidade que a região ganhou na mídia nos últimos anos. Além disso, o município de Maragogi contará com um aeroporto, que será denominado Aeroporto Costa dos Corais; a Rota Ecológica tem se destacado nacional e internacionalmente nos últimos oito anos, atraindo grandes festas e revéllion, particularmente no município de Passo de Camaragibe; Japaratinga e Porto de Pedras são municípios vizinhos que chamam bastante atenção por serem referência em relação ao santuário do peixe-boi marinho.

6.CONCLUSÃO

O estudo produziu uma espacialização de um dos componentes mais importantes do turismo nas destinações turísticas, ou seja, os meios de hospedagem. Refletindo os destinos turísticos existentes no litoral norte de Maceió, a partir do município de Maceió (inclusive) a maior número dos meios de hospedagem da região se concentra nos destinos Maceió, Rota Ecológica e Maragogi. Um aspecto muito importante para este estudo é que os mencionados meios de hospedagem se concentram em terrenos próximos às praias, com muitos estando situados contíguos às próprias praias.

Essa concentração litorânea dos meios de hospedagem, e, por conseguinte, dos fluxos turísticos e circulação local dos turistas é muito preocupante em relação aos objetivos da APACC. Essa parte do litoral tem ecossistemas que vem sendo impactados pelas atividades turísticas e que estão diretamente conectados com o ambiente marinho, por meio da dinâmica ecossistêmica, como é o caso dos pequenos cursos d'água, praias e manguezais. A expansão do turismo na região tem causado impactos sobre esses ambientes, além de nos recifes de corais. Se não for exercido controle adequado, é provável que os conflitos socioespaciais que já existem na área tenderão a se ampliar no futuro.

Além da construção de empreendimentos que afetam em maior ou menor grau importantes ecossistemas, o desenvolvimento turístico em uma região com grandes deficiências na sua infraestrutura básica, e com falhas na gestão ambiental, pode causar impactos ambientais por meio do descarte inadequado de resíduos sólidos e esgoto, mas também pelo fluxo de turistas por ambientes costeiros ambientalmente sensíveis. Esse tipo de problema tem o potencial de causar sérios problemas ao ambiente marinho, principalmente aos recifes de corais.

Sem um controle adequado desses problemas, é provável que eles venham a se tornar mais graves no futuro, uma vez que, além de já contar com grande demanda turística, simbolizada pelos meios de hospedagem da região e pela exploração turística das piscinas naturais, provavelmente a demanda turística do litoral norte de Alagoas tenderá a crescer. Dessa forma, não há dúvidas de que o turismo de massa, na forma como vem ocorrendo no litoral norte de Alagoas, tende a ampliar os atuais conflitos socioespaciais na APACC, uma vez que a planície litorânea, onde se encontram os meios de hospedagem e uma série de outros equipamentos e atividades turísticas, tem conexão ecossistêmica direta com o ambiente protegido pela APACC.

Diante do exposto, é necessário se atentar para a atuação do poder público em relação ao planejamento, gestão e fiscalização da continuação do processo de desenvolvimento turístico no litoral norte de Alagoas. Compreendemos que apenas agindo dessa maneira, e de forma proativa, se poderá reduzir o potencial de o turismo nessa parte de Alagoas ampliar os conflitos socioambientais existentes, como discutido neste trabalho, ameaçando ainda mais os objetivos de conservação da APACC, com todos os seus sensíveis ecossistemas.

Além da necessidade de um planejamento e gestão ambiental adequado do desenvolvimento turístico na área estudada, este estudo deixa claro a necessidade de uma melhor gestão da plataforma Cadastur, por parte do Ministério do Turismo, visto que durante a pesquisa foram encontradas várias inconsistências nos dados disponibilizados, e uma aparente falta de critério na seleção dos meios de hospedagem participantes. Assim, a pesquisa revelou a necessidade da existência de uma plataforma de banco de dados que possa hospedar informações detalhadas, completas e precisas sobre os meios de hospedagem presentes nos destinos turísticos do. Com a disponibilização de banco de dados dessa natureza, o poder público e qualquer outro agente com interesse nas atividades turísticas, para uso, investimento ou gestão do desenvolvimento do turismo em face a suas muitas facetas e relações com outras dimensões das realidades locais, poderá ofertar dados seguros, com base nos quais se pode trabalhar efetivamente.

REFERÊNCIAS

ALMADA, José Alexandre Berto de. Lugar turístico e território usado: contribuições teóricas ao estudo do turismo a partir da geografia de Milton Santos. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 15, p. 197-221, 2018.

ARAÚJO, Alysson de Melo. **Destinação Xingó**: abrangência territorial e a ação dos agentes da turistificação. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Alagoas – Maceió/AL, 2021.

ARAUJO, Lindemberg Medeiros de; MOURA, Flávia de Barros Prado Moura. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. *In*: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Eduece, p. 94-114, 2007.

BARRA DE SANTO ANTÔNIO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/barra-de-santo-antonio/panorama>. Acesso em: 6 mar. 2020.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1995.

BRASIL. Decreto de 23 de Outubro de 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, nos Estados de Alagoas e Pernambuco, e de outras providencias. 1997.

BECKER, Elsbeth Léia Spode. Geografia e turismo: uma introdução ao estudo de suas relações. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 1, p. 52-65, 2014.

CORREIA, Monica Dorigo; SOVIERZOSKI, Hilda Helena. Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas, Brasil. **Gestão Costeira Integrada**, vol. 8, n. 2, p. 25-45, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia da. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; UEDA, Vanda. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da Ulbra/Editora da UFRGS, p. 19-36, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-miguel-dos-milagres/panorama>. Acesso em: 6 mar. 2020.

JAPARATINGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/japaratinga/panorama>. Acesso em: 6 mar. 2020.

KASPARY, Manuela Grace de Almeida Rocha; ARAUJO, Lindemberg Medeiros de. Rota turística dos Milagres: antigas e novas acepções ao sentido de vizinhança. In: DIAS, Juliana Michaello M.; OLIVEIRA, Roseline. **Temporalidades e apropriações: contextos e participações**. Curitiba: CRV, 2022, p. 15-32.

KASPARY, Manuela Grace de Almeida Rocha. **Estudo das transformações socioespaciais de povoados costeiros da Costa dos Corais, Alagoas, e Costa Brava, Catalunha**. 2019. 533 f. (Tese em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. 2000. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74. MENDONÇA, Rayanne Santos de Almeida; ARAUJO, Lindemberg Medeiros de. Superposição de destinos turísticos: desafios para a governança territorial. **GeoTextos**, vol. 17, n. 2, p. 139-161, 2021. MACEIÓ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>. Acesso em: 6 mar. 2020.

PASSO DE CAMARAGIBE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/passodeamaragibe/panorama>. Acesso em: 6 mar. 2020.

SÃO MIGUEL DOS MILAGRES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-miguel-dos-milagres/panorama>. Acesso em: 6 mar. 2020.

MARAGOGI. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maragogi/panorama>. Acesso em: 6 mar. 2020.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2010.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. Turistificação do espaço e exclusão social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió-AL, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 47-67, 2005.

SOLTADELI, Márcio. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**, pg. 521, São Paulo, Roca, 2005. RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549.
